



4 DE NOVEMBRO DE 1813

TJMA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO



**SEGURANÇA
INSTITUCIONAL:**
TRAJETÓRIA
NO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO
MARANHÃO

PALÁCIO DA
JUSTIÇA

COLEÇÃO
REVILACOVA

SEGURANÇA INSTITUCIONAL:
TRAJETÓRIA NO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO MARANHÃO



SEGURANÇA INSTITUCIONAL: TRAJETÓRIA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

PALÁCIO DA
JUSTIÇA

CLAY'S
REVITALIZADA

EXPEDIENTE

SEGURANÇA INSTITUCIONAL: TRAJETÓRIA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

COORDENAÇÃO

Cel. Alexandre Magno de Souza Nunes

PESQUISA

Kássia do Carmo Brito da Silva
Soldado Luanne de Fátima Pereira Batalha
Soldado Maristela Matutina Cutrim Machado

REDAÇÃO

Cel. Alexandre Magno de Souza Nunes
Kássia do Carmo Brito da Silva

FOTO

Acervo TJMA e DSIGM

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Jhonatas Antonio Pereira Batalha

TIRAGEM

200 exemplares

Edição fechada em 03 de novembro de 2021

Maranhão. Tribunal de Justiça . Diretoria de Segurança Institucional.

Segurança Institucional: trajetória no Tribunal de Justiça do Maranhão/Diretoria de Segurança Institucional. - São Luís: TJMA, 2021

56 p.

1. Poder Judiciário do Maranhão - Diretoria de Segurança Institucional - História. 2. Gabinete Militar - História. I. Título.

CDDir 341.256



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

PRESIDENTE

Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa

VICE-PRESIDENTE

Des. Jaime Ferreira de Araujo

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Des. Paulo Sérgio Velten Pereira

TRIBUNAL PLENO

Des. Antonio Fernando Bayma Araujo
Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf
Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Des. Antonio Pacheco Guerreiro Júnior
Des. Cleones Carvalho Cunha
Des. Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa
Des. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Des. Marcelo Carvalho Silva
Des. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Des. Paulo Sérgio Velten Pereira
Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa
Des. Jaime Ferreira de Araujo
Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho
Des. José Luiz Oliveira de Almeida
Des. Vicente de Paula Gomes de Castro
Des. Kleber Costa Carvalho
Des. Raimundo José Barros de Sousa
Des. Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Des. Marcelino Chaves Everton
Des. Angela Maria Moraes Salazar
Des. João Santana Sousa
Des. José de Ribamar Castro
Des. Tyrone José Silva
Des. Luiz Gonzaga Almeida Filho
Des. José Jorge Figueiredo dos Anjos
Des. Josemar Lopes Santos
Des. Antônio José Vieira Filho
Des. José Gonçalo de Sousa Filho
Des. Maria Francisca Gualberto de Galiza

DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E GABINETE MILITAR

DIRETOR DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E GABINETE MILITAR
Coronel Alexandre Magno de Souza Nunes

ASSESSORIA MILITAR
Major Renan Leite do Nascimento

COORDENADOR DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
Coronel Claridelma Brasil Barros Mesquita

CHEFE DA DIVISÃO DE PROTEÇÃO AO MAGISTRADO
Major Eduardo Helder Pacífico Pinheiro

CHEFE DA DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA
Capitão Marden Robson Sabino dos Santos

SUPERVISÕES

Supervisor de Planejamento da DSIGM e Secretária da CPSI
Kássia do Carmo Brito da Silva

Supervisor Administrativo
Tenente-Coronel Neuberth Froz Duarte

Supervisor de Segurança dos Pólos Judiciais
Major Sergio Antonio Silva Pereira

Supervisor de Segurança da Corregedoria Geral da Justiça
Major Willame Dias Correa

Supervisor de Segurança da Comarca da Ilha de São Luís
Capitão Rodrigo Christian Rodrigues Serra

Supervisor de Segurança Eletrônica
Capitão Paulo Edson Cutrim Silva

Supervisor de Prevenção e Combate a Incêndio
Tenente Helton Costa de Loiola

Supervisor Administrativo e Operacional da Divisão de Proteção ao Magistrado
Tenente Marivaldo Estrela Paixão

Supervisor de Segurança do Palácio Clóvis Bevilácqua
Tenente Francisco de Jesus Cutrim Pinheiro

Supervisor de Contraineligência
Sargento Zedequias Ferreira Bezerra



DES. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA

É com grande satisfação e entusiasmo que apresento os dez anos de trabalho em segurança institucional desde a criação da Diretoria de Segurança Institucional em nosso TJMA.

Inicialmente devo dizer que o tema segurança judicial, em face de inúmeras ameaças e acontecimentos criminosos que atingiram a magistratura brasileira, para citar apenas um, o assassinato da juíza Patricia Acioli, desde 2011, passou a ser matéria de primeira hora nas associações de classe, nos tribunais e especialmente no CNJ, e desde então o crescente índice de ocorrências ameaçadoras da vida e integridade física de nossos magistrados e servidores, inclusive no estado do Maranhão.

Não me parece importante para este momento, aprofundar a discussão sobre as raízes das ameaças e violência que atingiram os magistrados brasileiros, mas, acima de tudo devemos destacar os avanços conquistados para a proteção da magistratura, em especial a maranhense.

Quando fui empossado na presidência da Comissão de Segurança judicial em substituição ao colega Froz Sobrinho, seu primeiro Presidente, não imaginava a importância e a repercussão desse trabalho de apoio na vida dos juizes, especialmente daqueles que atuam nas unidades judiciais mais distantes. Aos poucos, com o passar do tempo, integrado em uma equipe ágil e atuante, fomos nos treinando constantemente e aprendendo, acabando por alcançar nesses dez anos um nível respeitável de trabalho, reconhecido e referenciado pelos juizes destinatários de toda a ação da Comissão e pelo CNJ.

Vale destacar a criação do FUNSEG, fruto da luta de todos que integram esse trabalho, fundo financeiro que possibilitou a aquisição de equipamentos de controle de acesso, e vigilância ostensiva e/ou videomonitoramento, possibilitando ainda a realização de inúmeros cursos de capacitação em segurança judicial no Estado e até no exterior, destacando-se a realização e a troca de experiências e conhecimento realizado no III Encontro Nacional de Inteligência do Poder Judiciário sediado em São Luís, no ano de 2019.

Aprendi com o tempo o quanto é valiosa a atuação da comissão de segurança no acompanhamento de magistrados em situação de risco, é legítimo afirmar que o ambiente da comissão é um fórum seguro e de apoio à prestação jurisdicional. A falta de segurança para o magistrado impacta de forma negativa a prestação jurisdicional.

Segurança judicial é sinônimo de proteção física próxima, mas, também ações de inteligência e de cooperação com outros órgãos que atuam na segurança pública.

Encerro estas breves palavras, reafirmando o quanto progredimos e da necessidade de continuarmos vigilantes sobre o tema, mas, acima de tudo o quanto foi prazeroso, pessoal e profissionalmente, participar deste trabalho como integrante da CPSI/TJMA.



CONSELHEIRO MARIO GUERREIRO

Dirijo-me aos colegas magistrados, servidores e agentes da segurança institucional para rememorarmos, de maneira muito breve, os avanços da Segurança Institucional do Poder Judiciário em âmbito nacional.

À frente do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, como seu presidente, no período de 21/11/2019 a 04/11/2021, visando à concreção de suas competências, promovi a realização de 14 reuniões do comitê, conduzi a tramitação de processos administrativos afetos a questões de segurança e propus a edição de atos normativos ao plenário.

Na direção dos trabalhos, fomentei o levantamento das reais condições de segurança dos tribunais, efetuei a coleta de informações acerca da composição das Comissões Permanentes de Segurança dos órgãos do Poder Judiciário, empenhei-me no estímulo à interlocução e integração das unidades de segurança institucional e busquei propiciar a oitiva e a recepção de contribuições de atores externos com atuação e expertise na matéria de segurança, com o intuito de aprimoramento e democratização dos debates, merecendo especial destaque e agradecimento, no ponto, a inestimável colaboração prestada pelo Cel. PMMA Alexandre Magno de Souza Nunes, entre outros experts na matéria, para a elaboração da Doutrina de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário, submetendo-a como proposta de resolução, ainda pendente de julgamento.

Nesse período, foram debatidas no âmbito do comitê e por mim apresentadas ao plenário as propostas que resultaram nos seguintes atos normativos: a) Resolução 344/2020 - regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial; b) Resolução 379/2021 - dispõe sobre o uso e o fornecimento de uniformes e acessórios de identificação visual para os(as) Inspetores(as) e para os(as) Agentes da Polícia Judicial do Poder Judiciário; c) Resolução 380/2021 - dispõe sobre a padronização do conjunto de identificação dos(as) Inspetores(as) e Agentes da Polícia Judicial do Poder Judiciário e do documento de autorização do porte de arma de fogo institucional e estabelece os elementos que constarão do referido conjunto; d) Resolução 383/2021 - cria o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário e dá outras providências; e) Resolução 430/2021 - altera a Resolução 344/2020, que regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial; f) Resolução 435/2021 - dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário e dá outras providências; além das recomendações aos órgãos do Poder Judiciário: 102/2021 - adoção do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança, voltado à violência doméstica praticada em face de magistradas e servidoras; 106/2021 - utilização do Método Integrado de Gestão de Riscos (MIGRI), como ferramenta de segurança institucional, responsável por identificar, analisar, avaliar e orientar os tribunais no tratamento dos riscos aos quais os ativos do Poder Judiciário estão sujeitos; 113/2021 - medidas de segurança para o funcionamento de instituições financeiras em suas dependências; 114/2021 - adoção de protocolos de segurança aos casos de magistrados(as) em situações de risco.

Coordenei, ainda, a realização do “Simpósio Nacional para Difusão de Conhecimento de Segurança Institucional e Fomento da Cultura de Inteligência no âmbito do Poder Judiciário”, contribuí para a realização do 1º curso de formação para os agentes da polícia judicial, do estágio em inteligência na Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIME) e para o diagnóstico da segurança institucional do Poder Judiciário neste ano de 2021, tarefa esta ainda em execução.

Esse percurso de ações nos mostra o quanto crescemos e quanto ainda poderemos trilhar no que se refere à segurança de magistrados, para a garantia do cumprimento de sua missão constitucional.

LINHA *do*

- 9 de novembro: primeira contratação de Agentes de Segurança Judiciária (ASJ) pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, a partir da assinatura do contrato pelo então presidente da Corte, des. Moacyr Sipaúba da Rocha.
- 20 de Fevereiro: o Presidente do TJMA, des. José Joaquim Ramos Filgueiras, requer ao Comando Geral da Polícia Militar uma equipe de segurança para atuação permanente no Tribunal;
- 1º de março: a primeira guarnição inicia o serviço de segurança no TJMA.
- Criação do Gabinete Militar do TJMA, com previsão na Lei 5.656/93, que trata sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Maranhão, alterando-se o quadro organizacional da Polícia Militar por meio do Decreto 13.568/93.
- O Gabinete Militar ligado à Presidência do Tribunal de Justiça passa a ter natureza policial-militar, com previsão na Lei 6.513/1995 – Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão.
- O cargo de chefe de gabinete militar do Tribunal de Justiça é considerado Serviço Auxiliar do Poder Judiciário, baseado na Lei 8.032/2003, como cargo comissionado de livre nomeação e exoneração pelo Presidente do Tribunal.

1981

1986

1993

1995

2003

TEMPO

40 ANOS DE HISTÓRIA

■ Criação do Quadro de Função Gratificada Especial para bombeiros e policiais militares designados para o Gabinete Militar do TJMA, conforme disposição da Lei 8.874/2008, que acrescenta o art. 10-B à Lei n.º 8.032/2003, alterada pela Lei 8.727/2007.

■ 12 de setembro: criação da Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJMA, por meio da Portaria 1010/2012.

■ 10 anos de criação da Diretoria de Segurança Institucional.

■ Instituição da Medalha Des. Joaquim Filgueiras: Mérito da Segurança Institucional.

2008

■ 8 de novembro: criação da Diretoria de Segurança Institucional do TJMA por meio da Resolução 52/2011, assinada pelo então presidente, des. Jamil de Miranda Gedeon Neto;

2011

■ O cargo de Diretor de Segurança Institucional é incluído na Lei 6.513/1995, por força da Lei 9.528/2011, como de natureza policial-militar.

2012

2017

■ O Gabinete Militar é incorporado à Diretoria de Segurança Institucional, passando o seu diretor a congregar as atribuições inerentes, por meio da Resolução 89/2017, assinada pelo então presidente, des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

2021

GALERIA DE CHEFES DE GABINETE MILITAR E DIRETORES DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

A partir do ano de 1991, quando formalmente a estrutura de Gabinete Militar do TJMA passou a constar com previsão nos normativos da Polícia Militar do Maranhão, é possível traçar o perfil de 5 (cinco) militares que exerceram as funções atinentes à chefia de gabinete, prestando assessoria direta ao Presidente do Tribunal.

Confira nesta Galeria, o breve histórico daqueles que colaboraram para a tecitura do que hoje abrange a Segurança Institucional do Poder Judiciário no Maranhão.

CHEFES DE GABINETE MILITAR



CEL. QOPM BOAVENTURA FURTADO NETO

26 de setembro de 1991 - 20 de janeiro de 2010

Nasceu em São Luís/MA. É bacharel em Segurança Pública. Ingressou nas Fileiras da Polícia Militar do Maranhão em 1976 e foi condecorado durante sua jornada profissional com a Medalha de Serviço Policial Militar de 10, 20 e 30 anos; Medalha de Mérito Militar Brigadeiro Falcão; Medalha Alferes Moraes Santos; Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antônio Rodrigues Velozo e Medalha “Ordem do Mérito do Alto Comando Coronel PM Hermelindo Gusmão Castelo Branco”.



CEL. QOPM PEDRO DE JESUS RIBEIRO DOS REIS

21 de janeiro de 2010 - 20 de dezembro de 2013

Nasceu em São Luís/MA. É bacharel em Segurança Pública, com especialização em Gestão de Segurança Pública. Durante sua jornada foi condecorado com a Medalha de Serviço Policial Militar de 10 e 20 anos; Medalha de Mérito Operacional; Medalha do Especial Mérito do Policiamento Ambiental - Brigada Militar do Estado do Rio Grande Do Sul; Medalha do Mérito Militar Governador Luís Domingues; Medalha do Mérito Militar “Centenária Governador Luís Domingues”; Ordem do Mérito do Alto Comando Coronel PM Hermelindo Gusmão Castelo Branco”.

CEL. QOPM FRANCISCO JEFERSON ARAÚJO TELES

20 de dezembro de 2013 - 09 de abril de 2015

Nasceu em Juazeiro do Norte/CE. Formado na Academia de Polícia Militar General Edgar Facó, em Fortaleza/CE e Direito na Universidade Federal do Maranhão/UFMA. Foi condecorado durante sua jornada com o Diploma de Legionário da Legião Barão de Caxias do Exército Brasileiro – 24º BC; Medalha de Serviço Policial Militar de 10 e 20 anos; Medalha de Mérito Brigadeiro Falcão; Medalha de Mérito Operacional; Ordem do Mérito do Alto Comando Coronel PM Hermelindo Gusmão Castelo Branco; Medalha de Mérito Jerônimo de Albuquerque da Guarda Municipal de São Luís; Medalha Simão Estácio da Silveira da Câmara Municipal de São Luís; Medalha de Mérito do Gabinete Militar do Governador do Estado do Maranhão; Medalha do Mérito Timbira do Governo do Estado do Maranhão e Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antônio Rodrigues Vellozo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.



CEL. QOPM RAIMUNDO DE JESUS SILVA

23 de abril de 2015 - 16 de março de 2016

Nasceu em São Luís/MA. É bacharel em Segurança Pública e Direito, Licenciatura em Geografia; especialista em Ciências Jurídicas; Gestão Estratégica em Defesa Social; Metodologia do Ensino Superior e Segurança Pública, Direito Humanos e Cidadania e mestre em Ciências da Educação. Foi condecorado durante sua jornada com a Medalha Brigadeiro Falcão; Medalha do Mérito Intelectual Gonçalves Dias; Medalha Simão Estácio da Silveira da Câmara Municipal de São Luís; Medalha de Serviço Policial Militar de 10, 20 e 30 anos; Medalha Governador Luís Antônio Domingues da Silva; Medalha Mérito e Dedicção. É membro da Academia Maranhense de Ciências, Letras e Artes Militares – AMCLAM –, e da Academia de Letras dos Militares Estaduais do Brasil e do Distrito Federal – ALMEBRAS.



TEN. CEL. QOPM ALYSSON CRISTIANO MÁXIMO DINIZ

16 de março de 2016 - 19 de dezembro de 2017

Nasceu em São Luís/MA. Formado em 1999 no Curso de Formação de Oficiais CFO/PMMA. É especialista em Segurança Pública pela Universidade Estadual da Bahia. Durante a sua trajetória na PMMA foi condecorado com a Medalha Brigadeiro Falcão; Medalha de Mérito Operacional; Medalha de Serviço Policial Militar de 10 anos; Medalha de Serviço Policial Militar de 20 anos; Medalha Governador Luis Domingues; Medalha Alferes Moraes Santos.



DIRETORES

A partir de 2011, com a criação da Diretoria de Segurança Institucional, até o ano de 2021, remontando essa trajetória, foram três diretores.

Isto porque até o ano de 2017, o Tribunal de Justiça do Maranhão dispunha da figura de Chefe de Gabinete Militar desatrelada da direção da Segurança Institucional do Tribunal.



CARLOS EDUARDO PACHECO DOS SANTOS

9 de novembro de 2011 - 20 de dezembro de 2011

Nasceu no Rio de Janeiro/RJ. É bacharel em Direito e especialista em Segurança, atuou como assessor de segurança na Prefeitura de São Luís; Gerente de Segurança no Hospital Universitário; Diretor do Departamento de Segurança e Conservação da UFMA; Coordenador de Operações do Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão; Coordenador e Instrutor de cursos nas áreas de segurança pública e privada e Instrutor de armamento e tiro (PCMA, PMMA, Sistema Penitenciário e Segurança Privada).



CEL. QOPM BOAVENTURA FURTADO NETO

21 de dezembro de 2011 - 29 de agosto de 2012

O Cel QOPM Boaventura Furtado Neto voltou a prestar serviços no Tribunal de Justiça do Maranhão, desta vez exercendo o cargo de Diretor de Segurança Institucional, dado que esteve no Tribunal como Chefe de Gabinete Militar no período de 26 de setembro de 1991 a 20 de janeiro de 2010.

CEL QOPM ALEXANDRE MAGNO DE SOUZA NUNES

29 de agosto de 2012 - atualmente

Nasceu em em Caxias/MA. É bacharel em Segurança Pública e em Direito, pós-graduado em Ciências Penais; é especialista em Altos Estudos de Segurança Pública; Gerenciamento de Segurança Pública e dentre outras especializações, tem MBA em Estratégia e Inteligência Competitiva em Segurança Pública. Autor de artigos científicos sobre a Atividade de Inteligência no âmbito do Poder Judiciário. Atuou em grupo de trabalho no CNJ que elaborou a Doutrina de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário - DInSIPJ.

Na Polícia Militar exerceu o oficialato no interior do Estado nas cidades de Bacabal, Vitorino Freire, Pedreiras, Coelho Neto e Caxias. Na capital, atuou como coordenador de operações no Centro Integrado de Operações de Segurança Pública do Maranhão (CIOPS), comandante do Corpo de Cadetes da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias e instrutor de vários cursos de capacitação policial nas disciplinas de Ética Policial Militar e Armamento e Tiro. Foi assessor militar do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão e do Corregedor Geral da Justiça, além de coordenador de Segurança Institucional do TJMA.

Desde o ano de 2012 é Diretor de Segurança Institucional e membro efetivo da Comissão Permanente de Segurança Institucional. A partir de 2018 passou a acumular a função de Chefe de Gabinete Militar do TJMA.

Sua trajetória conta com 18 condecorações e títulos em reconhecimento por sua atuação no âmbito da carreira militar, da Segurança Pública e de Dignitários.



TRAJETÓRIA



TRAJETÓRIA DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL

O ano era 1981. E naquele dia 9 de novembro, os primeiros contratados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para o quadro de Agente de Segurança Judiciária (ASJ), em número de 12 homens, não poderiam imaginar a grandeza da função que estavam prestes a representar e que significaria um dos eventos importantes na arquitetura da história do que hoje se entende por segurança institucional.

Antes da criação propriamente dita da estrutura de Gabinete Militar e Diretoria de Segurança Institucional no Tribunal de Justiça, a história retrata um percurso de pelo menos 25 anos desde a primeira formação desse corpo de agentes de segurança até o pronto estabelecimento da estrutura operacional e administrativa, instituída na Corte estadual nos idos de 8 de novembro de 2011, e que no ano de 2021, uma década depois, demonstra o desenvolvimento pleno dessa atividade essencial ao exercício da missão constitucional do Poder Judiciário.

Naquela época, o então presidente, des. Moacyr Sipaúba da Rocha, assinou o contrato que descrevia em um rol de 13 cláusulas alguns deveres inerentes ao ASJ em seus postos de trabalho, integrados por 2 (dois) Agentes de Segurança, que em conjunto atendiam a demanda de todas as unidades do Tribunal, na capital.

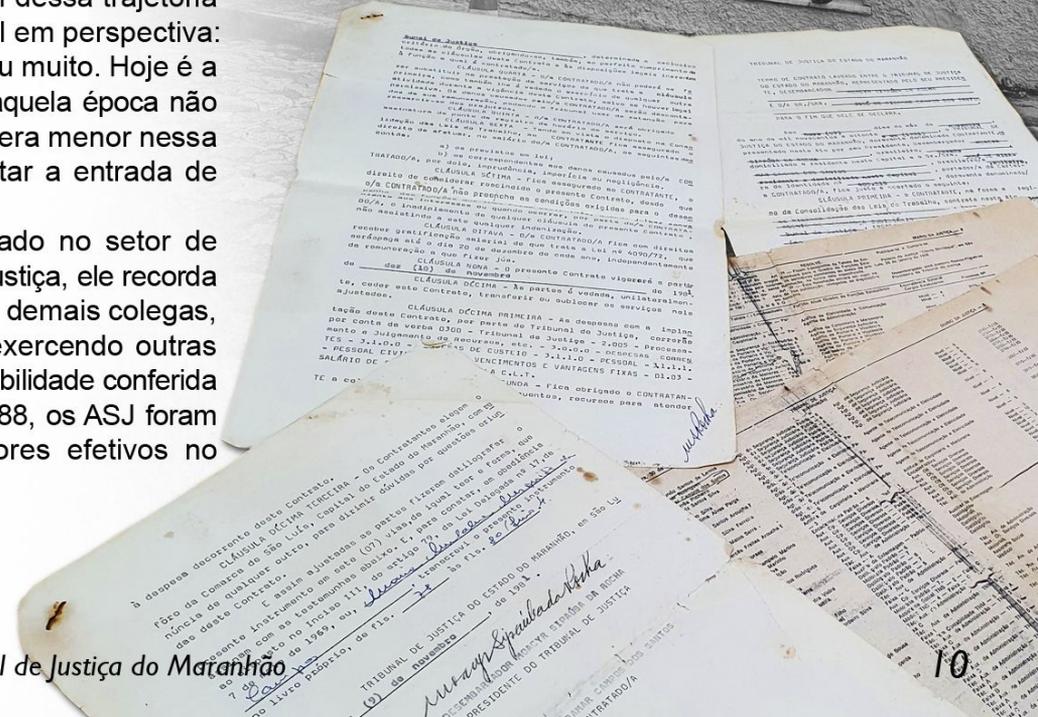
Esses agentes trabalhavam sem armamento, na vigilância, cumprindo um regime de 40 horas semanais. Na ausência de mais contratados, o grupo existente – abnegado – dividia por escalas a vigília em feriados e finais de semana, pois com a crescente demanda judiciária os prédios iam sendo ampliados e passavam a exigir emprego constante desses servidores. É o relato do ASJ Ribamar. Como personagem dessa trajetória ele observa a segurança institucional em perspectiva:

“A segurança no Tribunal já mudou muito. Hoje é a polícia militar mais bem equipada. Naquela época não tinha nada, mas também a violência era menor nessa época, a preocupação era mais evitar a entrada de moradores de rua”, conta Ribamar.

Hoje, como auxiliar judiciário lotado no setor de Protocolo da Corregedoria Geral de Justiça, ele recorda o cotidiano da função e relembra dos demais colegas, alguns aposentados, outros ainda exercendo outras funções no Tribunal, já que com a estabilidade conferida pela Constituição da República de 1988, os ASJ foram incorporados ao quadro de servidores efetivos no cargo de Auxiliar Judiciário.



ASJ Ribamar (esquerda) com os militares que atuam na CGJ



Com uma segurança embrionária, ainda voltada unicamente à preservação do bem público e instalações do Tribunal de Justiça, a proteção de magistrados, servidores e demais usuários dos serviços da justiça não estava no espectro da vigilância, visto que não havia ainda, de fato, uma política de segurança institucional.

Diante dessa ausência, a vulnerabilidade crescia a ponto de ser notada por terceiros como uma possibilidade, e ela se concretizou: uma pessoa não identificada adentrou o prédio do Palácio da Justiça, culminando em uma situação de potencial ameaça contra o des. José Pires da Fonseca.

Foi a partir daí que o então presidente, des. José Joaquim Ramos Filgueiras, sensível às condições de segurança dos seus pares, requisitou força policial ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, Cel Jorge F. de Oliveira, para atuar no Tribunal de Justiça do Maranhão de forma permanente.

Em 1º de março de 1986 a primeira guarnição militar, composta por 9 policiais foi apresentada para iniciar o serviço de segurança no Tribunal.

COMPOSIÇÃO DA 1ª EQUIPE DA PMMA DESTACADA PARA A SEGURANÇA DO TJMA:

3º Sgt 244/73 Raimundo Nonato Rabelo Silva;
Cabo 47/66 Mariano Antônio Martins;
Cabo 3/77 Ribamar Rogério Santos Neto;
Soldado 163/72 Paulo César Ferro Sousa;
Soldado 120/75 Berto Carlos Santos Silva;
Soldado 165/76 Marinaldo Pinheiro;
Soldado 121/78 José Ribamar Ribeiro Rodrigues;
Soldado 293/84 Pedro Paulo Rabelo Silva;
Soldado 390/80 Messias Rabelo Silva

Entre os anos de 1986 a 1991, o então 2º Sgt. Rabelo foi o militar responsável por comandar essa guarnição destacada para a segurança de unidade judiciária até a chegada do primeiro oficial de Polícia

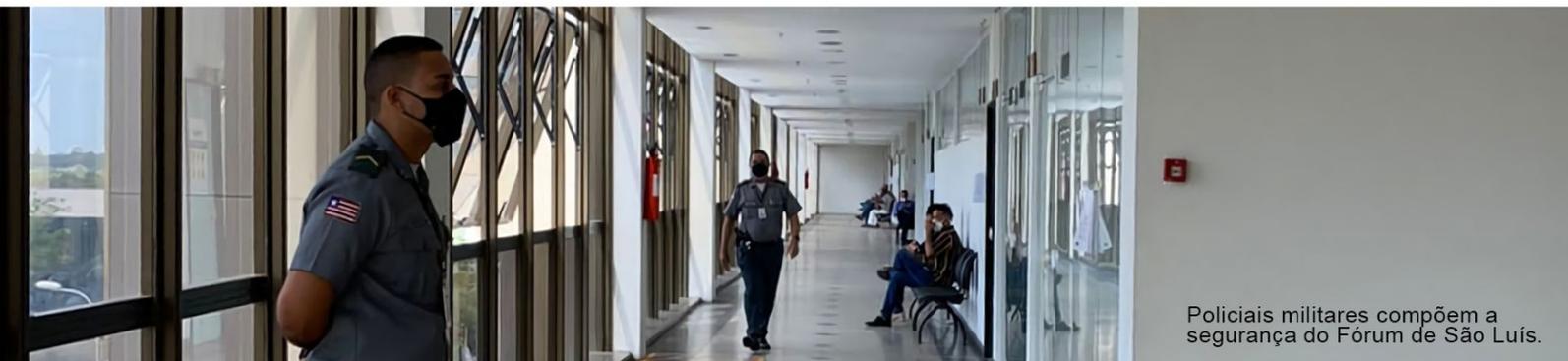
Militar, o que ocorreu em 25 de outubro de 1991, quando por solicitação do des. Emésio Dário de Araújo ao Comandante Geral da PM, Cel Guilherme Batista Ventura, o então capitão Boaventura Furtado Neto, à disposição da Casa Militar do governo do Estado, na gestão do governador Ribamar Fiquene, passou a prestar assessoria direta junto à Presidência do Tribunal de Justiça, que ainda não dispunha de um gabinete militar formalmente instituído.

Foi então que no ano de 1993 ficou estabelecida a estrutura de Gabinete Militar do Tribunal de Justiça no quadro organizacional da Polícia Militar, por meio do Decreto 13.568/93, com previsão na Lei 5.656/93, que trata sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Maranhão. Com a instituição formal do cargo, em 2003, o então capitão Furtado, que já prestava assessoria militar, passou a desempenhar a função de primeiro chefe do Gabinete Militar do TJMA

A partir do ano de 1996 passou a integrar a equipe militar a primeira oficial feminina, Tenente Coronel Cornelia Oliveira Costa, que atuou como assessora militar, ocupou o cargo de Coordenadora de Segurança Institucional entre os anos de 2012 a 2016, e respondeu também como diretora de segurança em substituição ao titular. Embora hoje já integrante do quadro reserva da PMMA, a passagem da oficial abriu caminho para o desempenho das funções no TJMA por militares femininas.

Esse primeiro momento, voltado ao emprego de policiamento ostensivo preventivo foi o marco para o que viria a ser a segurança institucional do Poder Judiciário no Maranhão, já que sua história passa pelo uso de força legítima da segurança pública¹.

Assim, com a estrutura de pessoal da segurança institucional movimentada por policiais e bombeiros militares, no ano de 2008 é consignada a criação do Quadro de Função Gratificada Especial para os militares designados para servir junto ao TJMA, conforme disposição da Lei estadual 8.874/2008, que acrescenta o art. 10-B à Lei estadual 8.032/2003, alterada pela lei estadual 8.727, de 7 de dezembro de 2007.



Policiais militares compõem a segurança do Fórum de São Luís.

1 SAIBA MAIS: DIFERENÇA ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL

A Segurança Pública tem status constitucional, prevista no art. 144 da Constituição da República de 1988. Com funções inerentes à preservação da ordem e incolumidade das pessoas e do patrimônio. Já a Segurança Institucional traduz-se no conjunto de ações e procedimentos voltados para que uma instituição possa proteger seus ativos, prevenindo e neutralizando ameaças que venham a atentar contra sua missão institucional (FARAH, 2013, online). No caso do Judiciário, a segurança institucional visa promover as condições seguras para que magistrados e servidores possam desempenhar o pleno exercício de suas atribuições, garantindo a efetividade da prestação jurisdicional.

Ao longo dos anos, com a percepção das necessidades inerentes ao Judiciário e a evolução conceitual acerca dos elementos distintivos da segurança pública, o poder de polícia exercido *sponte própria* no âmbito dos Tribunais logrou novos instrumentos: previa-se a estruturação de setor técnico e operacionalmente especializado nas matérias de segurança.

Assim, no dia 8 de novembro de 2011, é instituída no âmbito do Tribunal de Justiça maranhense a Diretoria de Segurança Institucional, por meio da Resolução-GP 52/2011, assinada pelo então presidente, des. Jamil de Miranda Gedeon Neto.

Como providências, o cargo de Diretor de Segurança Institucional foi incluído na Lei 6.513/1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Maranhão, por força da Lei 9.528/2011, com natureza policial-militar.

No ano seguinte, em 12 de setembro de 2012, por meio da Portaria 1010/2012, assinada pelo então presidente do TJMA, des. Antonio Guerreiro Júnior, foi instituída a Comissão Permanente de Segurança Institucional – CPSI –.

A Comissão, presidida por um desembargador, acompanhado por um magistrado representante da Associação de Magistrados do Maranhão; além de juiz ou juíza auxiliar da Presidência, juiz ou juíza auxiliar da Corregedoria de Justiça e do Diretor de Segurança Institucional delibera, colegiadamente, quanto aos assuntos estratégicos ligados à temática que envolva segurança

no Poder Judiciário, a partir da análise técnica dos profissionais da área

Desde a sua criação, como diretoria integrante da engrenagem judiciária, a DSI passou por algumas alterações administrativas em sua estrutura, até que no ano de 2017, por meio da Resolução-GP 89/2017, assinada pelo então presidente do TJMA, des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos, o Gabinete Militar foi a ela incorporado, passando o diretor a congregar as atribuições inerentes àquela chefia militar e de direção da pasta de segurança institucional.

Esse percurso histórico da criação da Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar do Tribunal de Justiça demarca a mudança de perspectiva sobre a segurança atribuída ao Poder Judiciário, que passou a abranger a segurança orgânica², vislumbrando a proteção dos principais ativos institucionais, envolvendo uma política abrangente que busca desde o controle de acesso, segurança patrimonial, predial e das imediações, de pessoal e dignitários à segurança da imagem e de informação.

Assim, além da segurança diária dos desembargadores que compõe a Mesa Diretora do TJMA, seu Plenário e Câmaras, e do suporte à segurança de magistrados e servidores que ocupam mais de 157 prédios do Tribunal em diversos pontos do Estado, é missão da segurança institucional a proteção de ministros e demais autoridades do Judiciário brasileiro em passagem oficial pelo Maranhão.



Desembargador Guerreiro Jr. (centro) reunido com a CPSI para tratamento de demandas relacionadas à segurança de magistrados.

Ação de segurança de dignatário na visita do ministro Ricardo Lewandowski.



² SAIBA MAIS: O QUE É SEGURANÇA ORGÂNICA

É um conjunto de medidas voltadas para a prevenção e para a obstrução de ações adversas de qualquer natureza; engloba medidas de Segurança Pessoal, Segurança da Documentação e Material, Segurança da Informação, Segurança da Informática e Segurança de Áreas e Instalações.

PRESENTE & FUTURO

Ao lidar com pretensões resistidas, magistrados e magistradas podem se deparar com potenciais ameaças de partes ou terceiros, mas é a atuação da segurança institucional, com todo aparato operacional e de Inteligência, que pode dar o suporte necessário para que o decisor e seus servidores cumpram suas tarefas sem interferência, em ambiente seguro, razão pela qual a atividade de segurança institucional é a primeira condição para garantir a independência dos órgãos judiciários, na forma dos arts. 10 da Declaração Universal dos Direitos Humanos; 14, 1, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; 2º e 9º do Código Ibero-Americano de Ética Judicial e 1º do Código de Ética da Magistratura.

Ao longo dos anos, no que concerne especificamente à segurança de magistrados e magistradas em situação de risco ou ameaça decorrente da função, a DSIgm realizou 1.795 atendimentos, resultando na implantação

de cerca de 186 escoltas, sem contar no planejamento e execução das medidas de orientação, acompanhamento, monitoramento a distância, reforço de segurança durante audiências e acompanhamento presencial durante deslocamentos, tudo conforme protocolo estabelecido no Plano de Proteção e Assistência de Magistrado em Situação de Risco ou Ameaça.

Com foco nessa missão precípua, é que a DSIgm, em conjunto com a CPSI, no âmbito de suas atribuições, prospecta, planeja e executa ações voltadas à garantia de ambientes seguros, a exemplo da instituição de cursos e difusão de conhecimentos de segurança; protocolos específicos contra ameaça ou risco; controle de acesso; aquisição de itens de segurança, como veículos blindados, coletes balísticos, pórticos detectores de metais e diversos insumos para a Central de Videomonitoramento, além do pacote de serviços para a manutenção desses equipamentos.



Raio-x de inspeção de bagagem em funcionamento durante visita da Ministra Nancy Andrih.



Ronda institucional pelas unidades do Poder Judiciário

Para o atual diretor de segurança institucional e gabinete militar, cel Alexandre Magno, a cada ano o objetivo é o incremento da segurança:

“A principal missão é deixar essa contribuição para a segurança institucional, a qual pode garantir o livre exercício da prestação jurisdicional, tendo por trás uma estrutura administrativa e operacional feita por pessoas capacitadas e com espírito público. Me sinto cumprindo meu dever como oficial de Polícia Militar para prestar esse assessoramento de segurança para o Tribunal de Justiça do Maranhão”, avaliou o diretor.

Mais recentemente, com a criação do seu quadro de dotação de armamento e demais produtos controlados, a DSIgm concretizou a aquisição de seu armamento institucional para prover os agentes da segurança institucional, devolvendo-se à Polícia Militar as armas daquela corporação, para emprego na Segurança Pública.



Cel. Alexandre Magno e Major Pinheiro reunidos com o general da brigada Guilherme.

Ainda no primeiro ano de criação da CPSI, o então presidente do TJMA, Des. Antonio Guerreiro Junior viabilizou o primeiro curso voltado à segurança de magistrados, realizado pela US *Police Instructor Teams* (US PIT), na Flórida, Estados Unidos, cuja programação envolvia Técnicas e Sistemas de Segurança Aplicáveis ao Poder Judiciário. Essa formação na *Judiciary Swat* lançou as bases para que ao longo dos anos seguintes a DSIGM implantasse no Maranhão a capacitação permanente e continuada de seus quadros, além de oportunizar difusão de conhecimentos de segurança para magistrados e servidores, na toada de uma segurança plural, que é direito e responsabilidade de todos.

Assim, conduz uma série de treinamentos com ampliação das vagas para contemplar membros de outros Tribunais, forças de Segurança e demais integrantes do sistema de justiça, a exemplo do Curso de Segurança de Magistrados; Curso de Segurança

Institucional – SEGINSTM – dividido em 3 (três) módulos, nos quais os participantes recebem instrução sobre Inteligência, direção defensiva veicular, tiro defensivo e defesa pessoal.

Além desse treinamento que já integra o calendário de atividades anual da Diretoria, a DSIGM organiza outros cursos aos magistrados e demais servidores envolvendo a temática da Privacidade *online* e crimes em ambiente cibernético; oferece também aos oficiais de justiça o Curso de Segurança Pessoal no Cumprimento de Mandados judiciais; Curso de Hospitalidade no Judiciário; Curso de Prevenção e Combate a incêndios; Curso de atendimento pré-hospitalar, dentre outros que são oferecidos no âmbito do Plano de Capacitações anual dos agentes de segurança, bem como no programa de Difusão da Cultura de Segurança Institucional, projetado pela DSIGM para levar conhecimentos da área de segurança em itinerância pelas comarcas do Estado.

Instrução de tiro defensivo ao efetivo da DSIGM



Des. Cleones Cunha (centro) acompanha o treinamento de Segurança de Magistrados

Instrução de defesa pessoal aos magistrados



Curso aos magistrados realizado com instrutores da US PIT nos EUA

3 O QUE É DOCTRINA DE INTELIGÊNCIA

Documento que uniformiza a coleta e processamento de dados, expressando o conjunto de princípios, normas, métodos, processos e valores que fundamenta e disciplina a atividade de Inteligência (ARAÚJO, 2015, p.55).

4 O QUE É INTELIGÊNCIA JUDICIÁRIA

A Inteligência, no contexto do Judiciário, tem por finalidade auxiliar no planejamento, na execução e no acompanhamento de políticas voltadas para a defesa da instituição (NUNES, 2017, online) Segundo a Resolução 383/2021 do CNJ a atividade de Inteligência traduz-se no “exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais aos ativos do Poder Judiciário, orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos necessários ao processo decisório no âmbito da segurança institucional.”

Um dos eventos realizados pela DSIGM e CPSI de grande reflexo no cenário da segurança institucional foi o III Encontro Nacional de Inteligência do Poder Judiciário, sediado em São Luís, no período de 30 a 31 de outubro de 2019.

O Encontro, que reuniu diversas autoridades e especialistas na área, logrou no encaminhamento da minuta de Doutrina³ Nacional de Inteligência ao CNJ e

demarcou a retomada das discussões sobre a temática, e como fruto dessa construção colegiada do grupo de estudos técnicos, proveu a base para a edição da Resolução 383/2021 do CNJ, que criou o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário (SInSIPJ) e a norma sobre a Doutrina⁴ de Inteligência no Judiciário.



Raimundo Teixeira palestra sobre ações de Contrainteligência na Segurança Institucional no III Encontro Nacional de Inteligência



Participantes conhecem as instalações do Centro de Lançamento de Alcântara

Atualmente, alicerçada no Planejamento Estratégico para o sexênio 2021-2026, instituído por meio da Resolução 44/2021 do TJMA, a DSIGM alinha-se ao Macrodesafio de Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária, com a opção estratégica de garantir estrutura e segurança prediais adequadas por meio de duas ações específicas, quais sejam: 1) compor o Comitê de Obras – fazendo-se cumprir o estabelecido na Portaria-GP 233/2013 – de maneira que as reformas, manutenções e novas construções passem pela análise conjunta da Segurança, Engenharia e Informática; 2) adaptar a estrutura existente às novas tecnologias de segurança.

Nesse sentido, a DSIGM propôs a criação do Centro Integrado de Segurança Institucional do Poder Judiciário – CISIPJ –, que outrora aprovado pela CPSI, prevê incorporar a estrutura de videomonitoramento já existente no âmbito deste Tribunal, o que mostra-se fundamental para o incremento da segurança e representará marco de inovação no Poder Judiciário maranhense.

As ações prospectivas incluem ainda a disponibilização digital por meio do Aplicativo NexusRH, das carteiras de identidade funcionais de magistrados e servidores,

viabilizado pelos setores de Tecnologia da Informação e Recursos Humanos do Tribunal.

Além disso, aguarda-se estudo de viabilidade técnica para a instituição da Polícia Judicial no âmbito do TJMA, já solicitado à Diretoria de Recursos Humanos, conforme Resolução 344/2021 do CNJ.

A compreensão do *mister* da segurança institucional no âmbito do Poder Judiciário perpassa pela lógica de uma atuação sistêmica, amparada em conhecimento técnico, operacional e de Inteligência, unindo conhecimentos consolidados com novas tecnologias.

Passada uma década de criação da DSIGM, o escopo de atribuições a seu turno vem sendo ampliado, razão porque novos instrumentos vão sendo manejados, como a utilização de georreferenciamento como quesito a ser observado na análise de vulnerabilidades.

Com esta visão é possível prospectar cenários e a partir do posicionamento estratégico da segurança, fazer frente a novas ameaças.

O futuro da segurança institucional é, portanto, um caminho sendo construído a cada passo dado pelo Poder Judiciário.

COMISSÃO
PERMANENTE
de SEGURANÇA
INSTITUCIONAL



COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

A criação das Comissões Permanentes de Segurança Institucional (CPSI) nos Tribunais de Justiça brasileiros tem papel estratégico na condução das políticas institucionais para ampliação das medidas de segurança, diante das peculiaridades e novos desafios que permeiam os ambientes judiciais e administrativos do Poder Judiciário.

Criada por meio da Portaria 1010/2012, a CPSI tem como atribuição decidir pelos pedidos de proteção especial quanto a magistrados e magistradas em situação de risco ou ameaça; adotar medidas de reforço à segurança no âmbito do Tribunal, além de propor políticas institucionais que repercutam em melhor orientação, prevenção e resposta de segurança.

Para o desembargador Raimundo Barros, presidente da CPSI, o trabalho das Comissões é fundamental para o direcionamento das medidas a serem tomadas, e cita os alertas e dicas preventivas que são emitidas com orientações de segurança.

Além disso, é dada especial atenção à formação técnica dos agentes. Em prol da difusão dos conhecimentos de segurança institucional, a CPSI do Tribunal de Justiça do Maranhão investe em promover capacitações aos magistrados e magistradas, sem descuidar dos servidores que atuam em unidades judiciárias e administrativas, vislumbrando uma segurança plural.

Além dessas capacitações, há uma agenda de treinamento continuado para a equipe de policiais que compõe a segurança institucional, a partir do Plano de Capacitações atualizado anualmente.



Membros da atual composição da CPSI durante reunião ordinária

2020-2021 COMPOSIÇÃO DA CPSI

- Des. Raimundo José Barros de Sousa
- Juiz Raimundo Moraes Bogea
- Juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos (suplente)
- Juíza Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro
- Juiz Gladiston Luís Nascimento Cutrim (suplente)
- Juiz Marcelo Elias Matos e Oka
- Juiz Diego Duarte de Lemos (suplente)
- Cel. Alexandre Magno de Souza Nunes
- Cel. Claridelma Brasil Barros Mesquita (suplente)
- Secretária da Comissão - Kássia do Carmo Brito da Silva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - FUNSEG

- Des. Raimundo José Barros de Sousa
- Cel. Alexandre Magno de Souza Nunes (diretor DSIGM)
- Amudsen da Silveira Bonifácio (diretor Financeiro)
- André Menezes Mendes (diretor FERJ)
- Juiz Antonio Elias de Queiroga Filho
- Secretária - Kássia do Carmo Brito da Silva

Fora do ambiente das reuniões ordinárias, em que se deliberam assuntos de relevância para a segurança da magistratura, a CPSI vai a campo e realiza inspeções e visitas às unidades quando necessário, além de orientar preventivamente, por meio de alertas de segurança, sobre situações que requeiram especial atenção.

Para viabilizar todo aparato e manter o Tribunal em posição de prover recursos para aquisição de itens fundamentais à segurança, o TJMA dispõe do Fundo Especial de Segurança de Magistrados – FUNSEG – instituído, no Maranhão, pela Lei Complementar nº 164, de 1º de Abril de 2014, viabilizada durante a presidência da desembargadora Cleonice Silva Freire.

A gestão do FUNSEG, realizada por meio de um Conselho de Administração presidido pelo desembargador presidente da CPSI, tem como meta executar os recursos orçamentários para que sejam alcançadas as medidas de segurança taxativas, descritas no art. 14 da Resolução 435/2021 do CNJ, instrumento normativo que estabelece, em termos de segurança institucional, os parâmetros que devem ser adotados, gradativamente, no âmbito dos Tribunais.

Por manter-se atuante, no desempenho de suas atribuições institucionais, a CPSI do TJMA alcançou a pontuação máxima no quesito de segurança, na última edição do Selo CNJ de Qualidade.



Des. Raimundo Barros, presidente da CPSI, (esq) dialoga com ministro Gilmar Mendes (centro), des. Lourival Serejo e membros das forças de segurança

CPSI inspeciona nova sede da Central de Inquéritos e Custódia em São Luís



A juíza Sônia Amaral, atual membro da CPSI representante da CGJ destaca: “Segurança e prestação jurisdicional são indissociáveis. Isso reforça a importância da Diretoria de Segurança Institucional como meio de garantir a integridade física dos juizes e de todo corpo de servidores, contribuindo, pois, com a entrega da prestação jurisdicional imparcial. Ao longo desses 10 anos de criação da diretoria, muito avançamos na questão da segurança e hoje, sem sombra de dúvidas, trata-se de uma conquista sem retorno, felizmente.”

Desde a sua criação, a CPSI teve dois desembargadores presidentes, e uma bancada de 16 membros, entre titulares e suplentes, e 4 servidores que funcionaram no secretariado da Comissão.

CONHEÇA OS NOMES QUE JÁ COLABORARAM JUNTO À CPSI

- Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho
- Des. José de Ribamar Castro
- Des. Maria Francisca Gualberto Galiza
- Juiz José Américo Abreu Costa
- Juiz Nelson Ferreira Martins Filho
- Juiz Artur Gustavo Azevedo do Nascimento
- Juiz Rodrigo Costa Nina
- Juiz Júlio César Lima Praseres
- Juiz Cristiano Simas de Sousa
- Juiz Anderson Sobral de Azevedo
- Juíza Sara Fernanda Gama
- Juiz João Vinícius Aguiar dos Santos
- Juíza Stela Pereira Muniz Braga
- Cel. Francisco Jeferson Araújo Teles
- Cel. Raimundo de Jesus Silva
- Ten. Cel. Alysson Cristiano Máximo Diniz

SECRETARIADO

- Renato e Silva Gomes
- Patrícia Fonseca Pereira dos Santos
- Fátima Teixeira de Sousa
- Karla Andrea Santos Lauletta

GALERIA DE PRESIDENTES DA CPSI

Desde a sua instituição no ano de 2012, a Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão esteve sob a presidência de 2 (dois) desembargadores da Corte de Justiça estadual.

Os presidentes da Comissão, cujas deliberações são colegiadas, são designados por ato da Presidência do Tribunal e desempenham um papel relevante na condução dos trabalhos que objetivam promover ações em matéria de segurança aos magistrados.

Conheça os presidentes da CPSI.



DES. JOSÉ DE RIBAMAR FRÓZ SOBRINHO (2012 - 2013)

Foi o primeiro desembargador a presidir a Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão a partir de sua instalação, em 2012, permanecendo até o ano de 2013.

José de Ribamar Fróz Sobrinho nasceu em Viana/MA.

Ingressou no Ministério Público do Estado do Maranhão em 1992, desempenhando seu mister em várias Promotorias Cíveis, Criminais, Especializadas e Eleitorais, além de ter exercido cargos e funções administrativas e de direção naquela instituição.

No ano de 2009, foi empossado solenemente no cargo de desembargador, escolhido pelo critério do quinto constitucional. Foi coordenador da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão (UMF), do Tribunal de Justiça do Maranhão; Corregedor Regional eleitoral e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, na qual exerce o magistério desde 2009.

Fonte: TJMA

DES. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA (2013 - ATUALMENTE)

Preside a Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão, desde 12 de abril de 2013 com permanência ininterrupta até os dias atuais.

Raimundo José Barros de Sousa nasceu no município de Urbano Santos/MA.

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) no ano de 1982. É pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Cândido Mendes (Unicam).

Na vida acadêmica, participou de diversos cursos e eventos como palestrante e conferencista, dentre os quais: I Encontro de Magistrados do Sul do Maranhão; Seminário de Capacitação de Oficiais e Praças na área da Infância e Adolescência – Polícia Militar do Maranhão e Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência –; Ciclo de Palestras “O Juiz de Direito e as Prisões Cautelares”, e foi o único juiz brasileiro dentre 36 participantes de países Iberoamericanos no curso “Cooperacion Jurídica Penal Internacional em Iberoamérica”, promovido pela Fundacion Ceddet, em convênio com IberRed e La Agencia Española de Cooperacion Internacional para El Desarrollo (AECID).

Foi advogado nos anos de 1982 e 1983. Ingressou no Ministério Público do Maranhão, exercendo o cargo de Promotor de Justiça no período de agosto de 1983 a novembro de 1986, até seu ingresso na magistratura, naquele ano, como juiz titular da comarca de Coelho Neto.

Como magistrado versátil, foi juiz corregedor em 1996; diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa (São Luís) nos anos de 2006, 2007 e 2011; integrou o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) como juiz membro, no biênio 2009-2011.

Foi eleito desembargador em 2012, pelo critério de merecimento, e homenageado com a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Antônio Rodrigues Velloso.

Desempenhou as funções de Corregedor eleitoral e vice-presidente (2015-2017) e como Presidente do TRE-MA (2017), foi premiado pelo CNJ com o selo justiça em números, categoria ouro, em reconhecimento à gestão participativa e transparente.



MEDALHA *de*
MÉRITO



MEDALHA DE MÉRITO DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL

A Medalha José Joaquim Filgueiras: Mérito da Segurança Institucional é uma forma de homenagear e reconhecer pessoas e instituições que atuam para a garantia de proteção de magistrados, servidores, autoridades a serviço do Poder Judiciário e usuários dos serviços da justiça.

A comenda, proposta no contexto das comemorações em alusão aos 10 anos de criação da Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão, reconhece a atuação do des. José Joaquim Filgueiras no contexto da segurança institucional, cuja estrutura veio sendo erguida sob os pilares da história de magistrados, servidores e instituições.

A honraria, idealizada pela Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar, teve seu projeto gráfico, minuta de normativo e histórico de pesquisas apresentadas pelo então diretor, Cel. Alexandre Magno de Souza Nunes, aos membros da Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI), na reunião ordinária de 24 de junho de 2021.

A proposta foi encaminhada pelo des. Raimundo Barros, presidente da CPSI, para apreciação do presidente da Corte, des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, e aprovada por meio da Resolução-GP 72/2021.

A Portaria-TJ 3795/2021 homologa e torna pública a lista de agraciados.

OS PRIMEIROS HOMENAGEADOS

- Des. Cleonice Silva Freire - a título póstumo;

- Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto;

- Conselheiro Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro – Presidente do Comitê Gestor de Segurança do CNJ;

- Angelo Antonio Alencar Santos – magistrado TJMA;

- General de Brigada Luciano Guilherme Cabral Pinheiro - Exército Brasileiro;

- Capitão de Mar e Guerra Luiz Octávio de Carvalho Penna – Diretor do Departamento de Segurança Institucional do CNJ;

- Odilardo Muniz Lima Filho – Delegado de Polícia Civil do Maranhão;

- Renan Leite do Nascimento – Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência do TJMA;

- Zedequias Ferreira Bezerra – policial militar da Divisão de Inteligência/DSIGM;

- Hipólito Alves Cardozo – policial judicial, coordenador de segurança do STF.

DESEMBARGADOR JOSÉ JOAQUIM RAMOS FILGUEIRAS

Desembargador José Joaquim Ramos Filgueiras nasceu em 20 de abril de 1928. Bacharel em Direito pela faculdade de Direito de São Luís, em dezembro de 1950. Foi promotor nas comarcas de Pastos Bons, Vitória do Mearim, Viana e Itapecuru Mirim. Ingressou na magistratura em 1955, exercendo a função judicante nas comarcas de Grajaú, Cururupu, Bacabal, Pedreiras e São Luís. (COUTINHO, 1999, p. 523)

Nomeado em 1973 para o cargo de desembargador do TJMA pelo critério de antiguidade, foi eleito vice-presidente do Tribunal de Justiça em 1980, e em 1985 tornou-se presidente da Corte estadual. Magistrado por 43 anos, o desembargador José Joaquim Filgueiras foi também escritor, jornalista, orador, professor e poeta, membro da Academia Maranhense de Letras.

Detentor das mais altas comendas do Maranhão e do país, o des. José Joaquim Filgueiras soube reconhecer os juízes que mais se destacavam, premiando-os com medalhas. No período que compreende sua passagem na presidência do TJMA, a história documentada revela que o Tribunal vivenciou uma gestão inovadora¹.

Dentre seus feitos à frente do Tribunal destacam-se a criação da Escola Superior de Magistratura; a ampliação da estrutura física dos órgãos judiciais e, em termos de segurança, como relatam os documentos históricos, fincou o primeiro pilar do que viria a tornar-se a Segurança Institucional, com a criação da Diretoria de Segurança Institucional, em 2011, na gestão do des. Jamil de Miranda Gedeon Neto, enquanto presidente do TJMA.

RECORTES
da SEGURANÇA



SEGURANÇA INSTITUCIONAL EM NOTÍCIAS

A atividade de segurança institucional no Poder Judiciário do Maranhão da forma como hoje é conhecida passou por uma evolução estrutural, conceitual e operacional. Uma história construída sob as nuances de cada marco temporal, e cujas principais ações podem ser destacadas a partir das notícias de cada época.

A partir de pesquisas em sítios eletrônicos oficiais e websites de notícias, além do clipping com recortes de jornais dos registros de atividades da DSIGM, desde sua criação, observamos uma parte penetrante da história da segurança institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão.



Corregedoria recebe visita de americanos especialistas em segurança



Na sexta-feira (21), após ministrarem curso sobre segurança para magistrados do Maranhão, os especialistas em segurança norte-americanos Charles Saba, Richard Rippey e Shene McSheehy visitaram a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, onde foram recebidos pelo corregedor-geral Des. Cleones Carvalho Cunha. Na ocasião, eles reforçaram a importância de valorizar a segurança pessoal dos magistrados no Maranhão e mudança dessa visão no Brasil.

2013 (24/JUN)

Corregedoria recebe visita de americanos especialistas em segurança.

TJMA aprova medidas de segurança no âmbito do Poder Judiciário



O acesso às dependências do Poder Judiciário estará condicionado à passagem pelo detector de metais (Foto: Ribamar Pinheiro)

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou resolução que regulamenta o uso de crachás e credenciamento de acesso a unidades do Judiciário estadual. Outra resolução aprovada dispõe sobre o protocolo de controle de entrada de pessoas portando arma de fogo ou objetos que ofereçam riscos a quem trabalha ou frequenta os prédios e seus anexos.

2014 (05/SET)

TJMA aprova medidas de segurança no âmbito do Poder Judiciário.



A casa de todos

DIRETORIA DA OAB/MA E DIRETOR DO FÓRUM DE SÃO LUÍS SE REÚNEM PARA TRATAR SOBRE IMPLANTAÇÃO DE PROTOCOLO DE SEGURANÇA

Seccional também convida advogados para reunião sobre o protocolo de segurança do Fórum, que acontece na próxima terça-feira, 20, a partir das 15h, no auditório da OAB/MA

A diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Maranhão, esteve nesta terça-feira, 13, em reunião com o diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, juiz Osmar Gomes dos Santos, para tratar sobre a implantação de medidas que serão adotadas em um protocolo de segurança a ser iniciado a partir do dia 20 desse mês. Entre as medidas está o preenchimento de um cadastro para identificação de todas as pessoas que frequentam as dependências do Fórum do Calhau.

2015 (13/JAN)

Diretoria da OAB/MA e Diretor do Fórum de São Luís se reúnem para tratar sobre implantação de Protocolo de Segurança.

O PODER JUDICIÁRIO ABRE AS PORTAS E MOSTRA COMO FUNCIONA O PROTOCOLO DE ACESSO AO FÓRUM

2015 (26/FEV)

O Poder Judiciário abre as portas e mostra como funciona o protocolo de acesso ao Fórum.



Exército e TJMA discutem sobre recolhimento de armas e munições nas comarcas

2015 (27/ABR)

Exército e TJ discutem sobre recolhimento de armas e munições nas comarcas.



O presidente da Comissão de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Raimundo Barros, reuniu-se com o comandante da 8ª Região Militar do Norte (sede em Belém), general Humberto Madeira, no gabinete da presidência do TJMA, para discutirem o aperfeiçoamento da sistemática de encaminhamento de armas ao Exército, oriundas de processos judiciais, de acordo com a Resolução nº 134/2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



SINDJUSMA
Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão
Inovação para garantir direitos

FILIADO A



SINDJUS-MA, SSPMA e TJMA traçam estratégias de ação conjunta para melhorar segurança dos OFJ

2015 (15/JUN)

SINDJUS-MA, SSPMA e TJMA traçam estratégias de ação conjunta para melhorar segurança dos OFJ.



O secretário de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela, e o Diretor de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça (TJMA), comandante Alexandre Magno de Souza, participaram de uma reunião na manhã deste sábado, 13/06, na sede do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão - SINDJUS/MA para tratar da segurança de oficiais de Justiça durante o exercício de suas funções. no início do mês, a oficial de justiça Núbia Casandra Santos foi ameaçada por um marginal armado com um revólver, enquanto cumpria uma diligência judicial na periferia de São Luís.

SINDJUS-MA e TJMA formalizam plano de ação para melhorar segurança de oficiais de Justiça

Comissão de servidores e os diretores do sindicato durante reunião no TJ-MA

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS-MA), representado pelos diretores Márcio Luís Andrade, Secretário Geral, Artur Filho, Secretário de Imprensa, e os oficiais de justiça Fernanda Rufino, Lidailsa Porto e Marcio Maciel, na manhã desta terça-feira 23 de junho, foram recebidos pelo Diretor de Segurança Institucional do TJMA, Major Alexandre Magno, para tratar de um projeto que será construído em parceria com os servidores para melhorar o cumprimento de diligências dos oficiais de justiça.

2015 (23/JUN)

O Poder Judiciário abre as portas e mostra como funciona o protocolo de acesso ao Fórum.

Oficiais de Justiça participam de curso sobre Segurança Pessoal

O curso foi realizado em São Luís, Caxias e Imperatriz

foto/divulgação:--

A Escola Superior da Magistratura do Maranhão promoveu curso de Segurança Pessoal no cumprimento de mandados destinado aos oficiais da Justiça de São Luís e das comarcas de Caxias e Imperatriz. Cerca de 130 servidores participaram da formação, que teve como um dos objetivos a orientação de técnicas de planejamento de diligências.

2016 (29/FEV)

Oficiais de Justiça participam de curso sobre Segurança Pessoal.

**Comissão apresenta Plano de Segurança Institucional do TJMA**

A Comissão Permanente de Segurança do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) apresentou nessa segunda-feira (11), no Gabinete da Presidência, medidas a serem adotadas através do Plano de Segurança Institucional, aprovado pela Comissão de Segurança Institucional, com o objetivo de oferecer maior segurança aos magistrados e servidores da capital e do interior do Estado.

2016 (12/ABR)

Comissão apresenta Plano de Segurança Institucional do TJMA.

Fórum em Timon, no Maranhão, instala esteira detectora de metais



O Fórum Amarantino Ribeiro Gonçalves recebeu, na última semana, uma esteira detectora de metais. O equipamento foi instalado com a presença dos juizes da Comarca de Timon e do chefe da Divisão de Inteligência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), capitão Renan. A Divisão de Inteligência é ligada à Diretoria de Segurança do tribunal. O equipamento de segurança foi instalado na entrada do prédio.

2016 (18/ABR)

Fórum em Timon, no Maranhão, instala esteira detectora de metais.



TJMA é o 16º em ranking de estrutura de Segurança lançado pelo CNJ



O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) ocupa atualmente a 16ª colocação - de 89 - no ranking de indicadores de estrutura de segurança em edificações lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) através do Diagnóstico da Segurança Institucional do Poder Judiciário, reunindo dados das Justiças Estadual, Eleitoral, Federal, Trabalho, Militar e os tribunais superiores - Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal Militar e Tribunal Superior do Trabalho.

2016 (15/JUL)

TJMA é o 16º em ranking de estrutura de Segurança lançado pelo CNJ.



Secretaria de Segurança e TJMA dialogam sobre ação em prol da segurança



Ratificando a cooperação entre os poderes Executivo e Judiciário, a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) recebeu, na manhã desta terça-feira (11), a Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Na pauta foram abordados pontos estratégicos sobre a segurança da sociedade, incluindo o debate sobre o quantitativo de armas apreendidas e inclusão de novos policiais do último concurso público.

2016 (11/OUT)

Secretaria de Segurança e TJMA dialogam sobre ação em prol da segurança.

Juízes participam de curso sobre Segurança Institucional em Imperatriz



Um grupo de juízes com atuação na Região Tocantina, participa de uma formação intensiva com objetivo de aprender estratégias e técnicas de autodefesa e segurança preventiva durante o curso "Segurança Institucional para Magistrados (SEGINST)". A capacitação é realizada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), com apoio da Comissão de Segurança Institucional do TJMA e do Exército Brasileiro.

2016 (18/OUT)

Juízes participam de curso sobre Segurança Institucional em Imperatriz.

Juízes concluem curso de auto-defesa e segurança preventiva



A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) encerra, nesta sexta-feira (26), no 24º Batalhão de Infantaria Leve, a quinta turma do curso de Segurança Institucional para magistrados. Um grupo de 25 juízes participa da formação intensiva, na qual aprenderam estratégias e técnicas de autodefesa e segurança preventiva aplicadas ao desempenho do cargo.

2017 (26/MAI)

Juízes concluem curso de auto-defesa e segurança preventiva.

SEGURANÇA | TJMA desenvolve trabalho efetivo para recolher armas nas unidades judiciais



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Diretoria de Segurança Institucional, tem desenvolvido um trabalho efetivo para o recolhimento de armas nas comarcas do interior e na Comarca da Ilha de São Luís. Com o cumprimento da medida – determinada pela Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e pela Resolução 134/2011 – CNJ, de 21 de junho de 2011 – já foram recolhidas 29.563 armas, no período de janeiro de 2012 a junho de 2017.

2017 (11/SET)

TJMA desenvolve trabalho efetivo para recolher armas nas unidades judiciais.

SEGURANÇA | TJMA consolida investimentos na Segurança Institucional em todo o Estado



O Tribunal de Justiça do Maranhão, ao longo de 2016 e 2017, planejou e executou ações que estão intensificando a proteção de servidores, magistrados e jurisdicionados em fóruns e prédios do Judiciário maranhense em todo o Estado. Os investimentos demonstram o avanço conquistado na área de Segurança Institucional, reconhecido nacionalmente pelo Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, instituído pela Resolução nº 176/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

2017 (27/SET)

TJMA consolida investimentos na Segurança Institucional em todo o Estado.

SEGURANÇA | Exército e Tribunal de Justiça realizam destruição de armas



Em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão, o Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados (SFPC) do 24º Batalhão de Infantaria de Selva realizou a 3ª destruição de 1309 armas de fogo. Com a medida, o total anual de armas destruídas atinge o número 3.300.

2017 (12/DEZ)

Exército e Tribunal de Justiça realizam destruição de armas.

SEGURANÇA | Resolução da Presidência unifica gestão da Segurança Institucional e Gabinete Militar



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) passa a ter, a partir de 2018, sua gestão de segurança institucional unificada em apenas uma diretoria: Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar. A inclusão do Gabinete Militar à Diretoria de Segurança foi autorizada pelo presidente da Corte, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, na Resolução GP nº 89/2017.

2018 (05/JAN)

Resolução da Presidência unifica gestão da Segurança Institucional e Gabinete Militar.

O ESTADO

Comissão do TJ discute condições de segurança no Fórum de São Luís

Foi debatido o padrão de segurança nas dependências do Fórum, incluindo o controle de acesso de presos e do público em geral



Desembargador Raimundo Barros é quem preside a comissão de segurança do Tribunal de Justiça do Maranhão (De Jesus / O ESTADO)

Os membros da Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão, presidida pelo desembargador Raimundo José Barros de Sousa, reuniram-se nesta sexta-feira, 26, com o diretor do Fórum de São Luís, juiz Edilson Caridade, para discutir o padrão de segurança nas dependências do Fórum, incluindo o controle de acesso de presos e do público em geral.

2018 (26/JAN)

Comissão do TJ discute condições de segurança no Fórum de São Luís.

oprogressonet.com

TJMA discute redução de violência no Estado



Durante a reunião, foram discutidos assuntos relacionados a um plano de trabalho para redução de violência e crime em todo o Estado

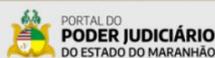
O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, recebeu, nessa quinta-feira (25), o secretário estadual de Segurança Pública, Jefferson Portela, o comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel José Frederico Pereira, e o delegado-geral da Polícia Civil do Maranhão, Leonardo Diniz. Na pauta da reunião, assuntos relacionados a um plano de trabalho para redução de violência e crime em todo o Estado do Maranhão.

O secretário Jefferson Portela disse que, pela vasta experiência na área Criminal do presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, ele tem uma compreensão social muito forte da questão de

segurança pública, fator muito importante para alimentar uma ação integrada entre as instituições públicas.

2018 (26/JAN)

TJMA discute redução de violência no Estado.



SEGURANÇA | Coletes balísticos serão usados para cumprimento de medidas protetivas de urgência



Entrega de coletes balísticos (Foto: Ribamar Pinheiro)

foto/divulgação: -

Na manhã desta quinta-feira (22), novos coletes balísticos foram entregues para uso dos oficiais de Justiça da comarca da Ilha de São Luís. Os coletes serão usados pelos oficiais que cumprem mandados determinando medidas protetivas de urgência em favor de mulheres em situação de violência. As medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria Penha são de competência da 2ª Vara de Combate à Violência Doméstica e Familiar de São Luís.

2018 (22/FEV)

Coletes balísticos serão usados para cumprimento de medidas protetivas de urgência.

2018 (23/FEV)

São Luís - MPMA e TJMA se reúnem para discutir segurança institucional em plantões judiciais.



SÃO LUÍS - MPMA e TJMA se reúnem para discutir segurança institucional em plantões judiciais



Segurança institucional foi tema de reunião

O procurador geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, participou nesta sexta-feira, 23, na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão, de uma reunião com membros da Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão, presidida pelo desembargador Raimundo José Barros de Sousa.



PROTEÇÃO | Fórum de São Luís ganha Sala de Segurança para custódia de bens



Foi inaugurada nesta sexta-feira (9), no Fórum de São Luís, no Calhau, a Sala de Segurança, cuja estrutura será destinada à custódia de bens. "A medida integra o plano estratégico do Poder Judiciário na área de segurança institucional e está alinhada ao que estabelece a Resolução nº 134/2011, do CNJ, e ao Provimento nº 31/2016, da Corregedoria Geral da Justiça", explicou o presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, na presença do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, do presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJMA, desembargador Raimundo Barros, e do diretor do Fórum de São Luís, juiz Edilson Caridade.

2018 (09/MAR)

Fórum de São Luís ganha Sala de Segurança para custódia de bens.

AGORA Santa Inês



DIRETORIA DO FÓRUM DE SANTA INÊS SE REÚNE COM SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO TJ

A juíza Luciany Cristina Ferreira, titular da 2ª Vara e diretora do Fórum de Santa Inês, esteve reunida na quinta-feira passada (15), no Fórum local, com a equipe da Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (DSI/TJMA), para discutir medidas e procedimento de segurança a serem adotados no prédio que abriga o Fórum de Santa Inês. A comitiva da DSI foi composta pelo Capitão Renan Nascimento, Capitão Willame Dias, Sargento Zedequias Bezerra, e Sargento Gesinaldo Costa. Em relação aos procedimentos na segurança do prédio, a equipe orientou a segurança privada e os policiais militares sobre o controle de acessos de entrada e saída às dependências do Fórum Desembargador João Miranda Sobrinho, que abriga quatro varas e o Juizado Especial Cível e Criminal. A Comarca de Santa Inês pertence ao Polo de Bacabal e tem como termo judiciário o município de Boa Vista do Maranhão.

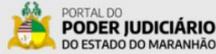
2018 (21/MAR)

Diretoria do Fórum de Santa Inês se reúne com Segurança Institucional do TJ.

Resolução do TJMA disciplina depósito de armas e munições

O Tribunal de Justiça do Maranhão publicou a Resolução nº 27/2018, que dispõe sobre o depósito de armas e/ou munições e a sua destinação no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão.

Pela resolução – assinada pelo presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos – as unidades Judiciais não devem receber armas e/ou munições que não estejam vinculadas a procedimento ou processo de qualquer natureza.



INSTITUCIONAL | Investimentos garantem alto padrão de qualidade na área de Segurança do Poder Judiciário



O presidente do TJMA visitou o centro de videomonitoramento do Poder Judiciário (Foto: Ribamar Pinheiro)

foto/divulgação: -

Várias ações institucionais implementadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão vêm garantindo um alto padrão de qualidade na área de segurança institucional do Poder Judiciário Estadual, incluindo-se, entre elas, o controle de acesso reforçado com a instalação de portais com detectores de metais, equipamentos de Raio X – utilizados para escanear bagagens e objetos com a finalidade de prevenir a entrada de objetos perfurocortantes e armas de fogo; cofres para armazenamento de armas para custódia e posterior destruição, oriundas de processos das varas criminais; uso de coletes a prova de balas; e carros blindados para uso de magistrados ameaçados.



INSTITUCIONAL Comissão de Segurança do TJMA reúne-se com diretora do Fórum de São Luís



As medidas de segurança que estão sendo implementadas no Fórum de São Luís foram apresentadas, na manhã desta sexta-feira (08), à nova diretora do órgão, juíza Diva Maria de Barros Mendes, pelo presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Raimundo José Barros de Sousa. “Não mediremos esforços para fazer investimentos na segurança institucional do Fórum”, garantiu o desembargador.

2018 (04/ABR)

Resolução do TJMA disciplina depósito de armas e munições.

2018 (05/JUN)

Investimentos garantem alto padrão de qualidade na área de Segurança do Poder Judiciário.

2018 (08/JUN)

Comissão de Segurança do TJMA reúne-se com diretora do Fórum de São Luís.

SOCIOAMBIENTAL | Política de sustentabilidade do Poder Judiciário é apresentada aos militares da Diretoria de Segurança



Militares que atuam na segurança institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) participaram de uma palestra de sensibilização sobre a Política de Sustentabilidade do Judiciário maranhense, realizada pelo desembargador Jorge Rachid, presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJ, nesta quarta-feira (11), no auditório Joaquim Filgueiras, no Fórum de São Luís (Calhau).

2018 (12/JUL)

Política de sustentabilidade do Poder Judiciário é apresentada aos militares da Diretoria de Segurança.

CAPACITAÇÃO | Abertas inscrições para curso de segurança para magistrados



Podem ser feitas, a partir desta segunda-feira (23), no endereço eletrônico curso.dsi@tjma.jus.br, as inscrições para a 5ª edição do curso de "Segurança Institucional para Magistrados". São 25 vagas destinadas a juízes vitalícios e vitaliciandos. Os interessados devem se inscrever até o dia 3 de agosto.

2018 (20/JUL)

Abertas inscrições para curso de segurança para magistrados.

INSTITUCIONAL | Presidente do TJMA recebe visita de generais do Exército



Os desembargadores Joaquim Figueiredo (presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão) e Bayma Araújo (decano da Corte) receberam nesta quarta-feira (19), no Gabinete da Presidência, o comandante militar do Norte, general de Exército Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, acompanhado dos generais Anísio David de Oliveira Junior (comandante da 8ª Região Militar), Luiz Gonzaga Viana Filho (Comandante da 22ª Brigada de Infantaria de Selva), dos tenentes-coronéis Alexandre Pfaender Júnior (Assistente do Comandante do CMN) e Marcos Vinícius Soares Guimarães de Oliveira (24º Batalhão de Infantaria Leve-24º BIL).

2018 (01/AGO)

Presidente do TJMA recebe visita de generais do Exército.

DIRETORES DA AMMA REÚNEM-SE COM A DSI E DEFINEM AÇÕES DE SEGURANÇA PARA JUÍZES



O presidente da AMMA, juiz Angelo Santos, acompanhado do diretor de Segurança, juiz Anderson Sobras, e do adjunto, João Vinicius Aguiar, reuniram-se, na manhã desta sexta-feira (8), com os representantes da Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça, tenente coronel Alexandre Magno, tenente coronel Claridelma Mesquita e o major Renan, para tratar sobre ações voltadas para a segurança dos magistrados.

2019 (08/FEV)

Diretores da AMMA reúnem-se com a DSI e definem ações de segurança para juízes.

BRASÍLIA | Judiciário maranhense participa de evento sobre segurança pública



O juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cristiano Simas, o magistrado Anderson Sobral (representando a Associação dos Magistrados), a juíza Stela Muniz (representando a Corregedoria Geral de Justiça) e o diretor de Segurança Institucional e do Gabinete Militar do TJMA, tenente-coronel Alexandre Magno, participam em Brasília (DF), do Seminário "Políticas Judiciárias e Segurança Pública", organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa visa a identificar possibilidades de cooperação entre o Poder Judiciário e órgãos do Poder Executivo.

2019 (27/FEV)

Judiciário maranhense participa de evento sobre Segurança Pública, em Brasília.

MAGISTRATURA | Abertas inscrições para curso de segurança institucional



Juizes vitalícios e vitaliciandos podem se inscrever no **Curso de Formação Continuada em Segurança Institucional – módulo II** (nível avançado), pelo endereço eletrônico curso.dsi@tjma.jus.br, nestes dias **7 (quinta-feira) e 8 de março** (sexta-feira). No total, serão 20 vagas disponibilizadas de acordo com a ordem cronológica de inscrições.

2019 (07/MAR)

Abertas inscrições para curso de segurança institucional.

2019 (20/MAR)

Servidores do TJMA são capacitados para prevenção e combate a incêndio.

Servidores do TJMA são capacitados para prevenção e combate a incêndio

A iniciativa visa capacitar os servidores para atuarem em situações de princípio de incêndio



(Foto: Thiago Ramos)

Servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão participam, até esta quarta-feira (20), de Treinamento de Prevenção e Combate a Incêndio, promovido pela Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar em parceria com a Diretoria de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado. A primeira turma foi capacitada nessa segunda (18), no prédio do Centro Administrativo.

A iniciativa visa capacitar os servidores para atuarem em situações de princípio de incêndio, de forma segura e adequada, por meio de conhecimentos teóricos e práticos.

2019 (28/JUN)

Comitiva do TJMA firma termo de cooperação técnica com o Núcleo de Segurança do TJSC.

Sala de Imprensa

Comitiva do TJMA firma termo de cooperação técnica com o Núcleo de Segurança do TJSC

Uma comitiva da comissão permanente de segurança institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) esteve nesta sexta-feira (28/6), em Florianópolis, para conhecer o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (NIS/TJSC). O objetivo do encontro foi conhecer de perto o projeto pioneiro implantado para aprimorar a segurança de magistrados, servidores, advogados e demais usuários das unidades do Poder Judiciário catarinense. Durante o encontro foi firmado um termo de cooperação técnica para cessão de uso do sistema de segurança institucional do TJSC, que foi desenvolvido pelo próprio NIS.

2019 (30/JUN)

Magistrados participam de aula teórica do curso de segurança na sede da AMMA.

MAGISTRADOS PARTICIPAM DE AULA TEÓRICA DO CURSO DE SEGURANÇA NA SEDE DA AMMA



Magistrados maranhenses participaram, na manhã desta quarta-feira (29), da aula teórica do curso de segurança e autodefesa promovido pela Escola da Magistratura (Esmam), com o apoio da Comissão de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça e da Associação dos Magistrados (AMMA). A abertura do evento, realizado no auditório juiz Armindo Reis, da sede administrativa da AMMA, contou com a presença do diretor da Esmam, desembargador José Ribamar Froz Sobrinho, do presidente da Comissão de Segurança Institucional, desembargador Raimundo Barros, e do presidente da AMMA, juiz Angelo Santos. A aula teórica teve duração de oito horas e foi ministrada por Sandro Abel Souza Barradas, coordenador de Políticas Públicas do Ministério da Justiça. Participaram juizes e juizas que integram a turma que teve início na semana passada e que já se submeteram à aula prática e, também, os alunos da nova turma do curso, que teve início nesta segunda-feira. O palestrante iniciou a aula com abordagens acerca do sistema prisional brasileiro, os principais problemas e como a Magistratura deve enfrentá-los. Ao abrir a solenidade, o desembargador Froz Sobrinho destacou que a Escola da Magistratura mantém uma programação de cursos permanente voltada para magistrados, inclusive na área de segurança pessoal. Ele enfatizou a importância de aprimorar os investimentos em tecnologia e conhecimento. O mesmo destaque foi dado pelo desembargador Raimundo Barros, relatando que a segurança dos magistrados é uma preocupação permanente do Tribunal e da AMMA. O curso de segurança para magistrados foi solicitado pela AMMA, por meio do ofício nº. 06/2019, encaminhado à Comissão de Segurança Institucional do TJMA, no dia 24 de janeiro deste ano. No ofício, a AMMA pleiteou ao presidente da Comissão, desembargador Raimundo Barros de Sousa, que, no decorrer deste ano, fossem realizados cursos de segurança básico e avançado, por semestre.

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR | Servidores do Fórum participam de treinamento de prevenção e combate a incêndio



Os servidores e colaboradores do Fórum de São José de Ribamar participaram, na tarde desta quarta-feira (3), de um treinamento de prevenção e combate a princípios de incêndio e pânico. O treinamento foi promovido pela Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar do Tribunal de Justiça (TJMA) em parceria com a Diretoria de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado e apoio da Diretoria do Fórum de Ribamar.

2019 (04/JUL)

Servidores do Fórum participam de treinamento de prevenção e combate a incêndio.

PREVENÇÃO | Juízes do TJMA são capacitados pela Comissão de Segurança Institucional



Juízes com atuação em São Luís e em comarcas do interior participam, de 12 a 16 de agosto, de formação intensiva sobre estratégias e técnicas de autodefesa e segurança preventiva, na sexta edição do **curso de Segurança Institucional (SEGINST)**.

2019 (12/AGO)

Prevenção | Juízes do TJMA são capacitados pela Comissão de Segurança Institucional.

TREINAMENTO | Escola da Magistratura apoia ações para segurança preventiva dos juízes



O diretor da Escola Superior da Magistratura, desembargador Froz Sobrinho, declarou apoio contínuo da ESMAM às ações de segurança institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Nesta quinta-feira (15), o magistrado acompanhou atividade da sexta turma do **Curso de Segurança Institucional (SEGINSTM)**, organizado pela escola judicial, em parceria com o Exército Brasileiro e Associação dos Magistrados (AMMA), sob a coordenação da Comissão de Segurança Institucional do TJMA.

2019 (15/AGO)

Treinamento | Escola da Magistratura apoia ações para segurança preventiva dos juízes.

AUTODEFESA | Juízes de Imperatriz receberão treinamento avançado em segurança institucional



Juízes do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) que atuam no polo de Imperatriz participam, de 8 a 10 de outubro, do Curso de Formação Continuada em Segurança Institucional – módulo II (nível avançado), organizado pela Escola Superior da Magistratura, sob a supervisão da Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão.

2019 (07/OUT)

Juízes do TJMA, que atuam em Imperatriz receberão treinamento avançado em segurança institucional.

PREVENÇÃO | Juízes dos polos de Timon e Caxias recebem treinamento avançado em segurança institucional



Juízes do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) que atuam nos polos judiciais de Timon e Caxias participam, até 20 de fevereiro, do Curso de Formação Continuada em Segurança Institucional – módulo II (nível avançado), organizado pela Escola Superior da Magistratura, sob a supervisão da Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (CPSI-TJMA).

2020 (19/FEV)

Prevenção | Juízes dos polos de Timon e Caxias recebem treinamento avançado em segurança institucional.

INSTITUCIONAL | Comissão de Segurança Institucional inspeciona nova sede da Central de em São Luís



A Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão (CPSI/TJMA), presidida pelo desembargador Raimundo Barros, realizou inspeção na nova sede da Central de Inquirições e Custódia, no bairro Outeiro da Cruz/Radional. A finalidade da visita foi verificar as instalações físicas e a segurança do local, cujo projeto arquitetônico e execução está sendo realizado pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

2020 (12/MAR)

Institucional | Comissão de Segurança Institucional inspeciona nova sede da Central de Inquirições e Custódia em São Luís.

NO PARANÁ | Com apoio da Segurança Institucional do TJMA, polícia prende suspeito de ameaçar juiz Douglas Martins de morte

Desembargador Raimundo Barros destacou colaboração da Comissão que preside, em operação conjunta com Polícia Civil do Maranhão e apoio de policiais do Paraná



A Polícia Civil do Maranhão, com o apoio operacional do Centro de Operações Policiais Especiais (COPE), da Polícia Civil do Paraná, prendeu, nesta terça-feira (12), em Curitiba, Edson Douglas Oliveira de Freitas, suspeito de ameaçar de morte o juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís. O próprio juiz Douglas Martins anunciou o nome do suspeito, assim que lhe foi informado.

SEGURANÇA | TJMA adquire viaturas para reforçar segurança institucional



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) adquiriu três viaturas, com o objetivo de promover a segurança institucional de magistrados e membros do Judiciário, fortalecer a fiscalização de prédios e garantir o transporte de armas de fogo recolhidas de fóruns de todo o Estado.

PERFIL FAKE | Comissão de Segurança alerta sobre golpe por aplicativo



A Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI) do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) encaminhou circulares para magistrados e servidores do Poder Judiciário estadual, alertando ter detectado uma crescente ocorrência de perfis falsos (fakes) em contas de celulares de integrantes de ambas as categorias, vítimas de tentativas de novo golpe virtual.

2020 (12/MAI)

No Paraná | Com apoio da Segurança Institucional do TJMA, polícia prende suspeito de ameaçar juiz Douglas Martins de morte.

2020 (28/JUL)

Segurança | TJMA adquire viaturas para reforçar segurança institucional.

2020 (12/AGO)

Perfil fake | Comissão de Segurança alerta sobre golpe por aplicativo.

CONQUISTA ASSOCIATIVA: CURSO DE SEGURANÇA PESSOAL PARA JUÍZES E APARELHAMENTO DAS COMARCAS



Lutar pela utilização eficaz das receitas do Funseg para a melhoria da segurança pessoal do magistrado e em ações voltadas à segurança institucional. Este foi mais um dos compromissos firmados e cumpridos pela atual Diretoria Executiva da Associação dos Magistrados nos últimos três anos e oito meses.

2020 (27/AGO)

Conquista associativa: curso de segurança pessoal para juízes e aparelhamento das comarcas.

HOLIDICE BARROS E FERDINANDO SEREJO REUNEM-SE COM EQUIPE DA SEIC PARA DEFINIR ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS CONTRA CRIMES TECNOLÓGICOS



O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Holidice Barros, acompanhado do diretor de Tecnologia, juiz Ferdinando Serejo, e do Diretor de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça, coronel Alexandre Magno, reuniram-se, na manhã de hoje (7), com a equipe da Secretaria Estadual de Investigação Criminal (Seic), para definir estratégias de segurança dos magistrados contra crimes tecnológicos.

2021 (07/JAN)

Holidice Barros e Ferdinando Serejo reúnem-se com equipe da SEIC para definir estratégias de segurança dos magistrados contra crimes tecnológicos.

Agentes de segurança do TJMA participam de curso sobre hospitalidade



Agentes de segurança que atuam na recepção e atendimento de usuários dos fóruns e unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) estão participando do curso Hospitalidade no Judiciário, ofertado pela Escola Superior da Magistratura. A capacitação, com duração de 20 horas, acontece na plataforma digital EAD-ESMAM.

2021 (25/MAR)

Agentes de segurança do TJMA participam de curso sobre hospitalidade.

ESMAM inicia novo módulo do curso de Segurança Institucional

A capacitação é destinada aos juízes, juízas, servidores da Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar



As aulas práticas ocorrem no 24º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS)

foto/divulgação: ESMAM

Juízes, juízas e servidores da Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar do Tribunal de Justiça do Maranhão (DSIGM – TJMA) iniciaram, nesta terça-feira (22), o Curso de Segurança Institucional (SEGINST - Módulo 3). Os participantes estão divididos em cinco turmas e as atividades realizadas em duas etapas. A primeira nos dias 22 e 23 de junho, no 24º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS); e a segunda, de 29 de junho a 1º de julho, no Centro de Aperfeiçoamento Tático-Operacional da Polícia Federal (CATO-PFMA), em São Luís.

Com duração de 54 horas, a capacitação é coordenada pela Comissão de Segurança Institucional do TJMA e Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), com o apoio do Exército Brasileiro, Polícia Federal (SR/MA) e Associação dos Magistrados (AMMA).

2021 (22/JUN)

ESMAM inicia novo módulo do curso de Segurança Institucional.

Aberta segunda etapa do Curso de Segurança Institucional do TJMA

O treinamento traz inovações quanto às técnicas de autodefesa para proteção da integridade dos profissionais do Judiciário



Treinamento é destinado aos juízes, juízas e profissionais da Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar do TJMA

foto/divulgação: ESMAM

Teve início nesta terça-feira (29) a segunda etapa do **Curso de Segurança Institucional** (SEGINST - Módulo 3), destinado aos juízes, juízas e profissionais da Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar do Tribunal de Justiça do Maranhão (DSIGM – TJMA). Os participantes estão divididos em cinco turmas e as atividades são realizadas no Centro de Aperfeiçoamento Tático-Operacional da Polícia Federal (CATO-PFMA), em São Luís, até 1º de julho.

Com duração de 54 horas, a capacitação é coordenada pela Comissão de Segurança Institucional do TJMA e Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), com o apoio do Exército Brasileiro, Polícia Federal (SR/MA) e Associação dos Magistrados (AMMA). São utilizadas metodologias específicas, que consistem na compreensão da atual situação de vulnerabilidade do Poder Judiciário e domínio dos principais protocolos de segurança adotados na proteção de magistrados e magistradas.

2021 (30/JUN)

Aberta segunda etapa do Curso de Segurança Institucional do TJMA.

ACERVO NORMATIVO

NORMATIVOS PUBLICADOS E VIGENTES ATÉ O DIA
28 DE OUTUBRO DE 2021

CNJ

DSIGM

Resolução nº 134, de 21 de junho de 2011

Dispõe sobre o depósito de armas de fogo e munições e a sua destinação

Resolução nº 344, de 9 de setembro de 2020

Regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial.

Resolução nº 383, de 25 de março de 2021

Cria o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário e dá outras providências.

Recomendação nº 102, de 19 de agosto de 2021

Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada em face de magistradas e servidoras.

Recomendação nº 106, de 02 de setembro de 2021

Propõe a utilização do Método Integrado de Gestão de Riscos (MIGRI), como ferramenta de segurança institucional, responsável por identificar, analisar, avaliar e orientar os tribunais no tratamento dos riscos aos quais os ativos do Poder Judiciário estão sujeitos.

Recomendação nº 113, de 20 de outubro de 2021

Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário medidas de segurança para o funcionamento de instituições financeiras em suas dependências.

Recomendação nº 114, de 20 de outubro de 2021

Orienta os órgãos do Poder Judiciário a adoção de protocolos de segurança aos casos de magistrados(as) em situação de risco.

Resolução nº 430, de 20 de outubro de 2021

Altera a Resolução CNJ nº 344/2020, que regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais, dispondo sobre as atribuições funcionais dos agentes da polícia judicial.

Resolução nº 435, de 28 de outubro de 2021

Dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário e dá outras providências.

Lei nº 6.839, de 14 de novembro de 1996

Dispõe sobre a designação de policiais militares da reserva remunerada para a realização de tarefas por prazo certo e dá outras providências.

Provimento-CGJ nº 03/2008, de 28 de abril de 2008

Dispõe sobre a recomendação aos Juizes de Direito do Estado do Maranhão a respeito de destruição e custódia provisória de armas, munições e objetos instrumentos de crimes.

Convênio-TJ nº 07/2011, de 5 de abril de 2011

Convênio que celebram o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, juntamente com a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, e o Poder Executivo Estadual.

Resolução-GP nº 52/2011, de 8 de novembro de 2011

Regulamenta a estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário e cria a Diretoria de Segurança Institucional.

Portaria-GP nº 233/2013, de 20 de março de 2013

Acrescenta o inciso III ao § 3º do artigo 2º da Portaria-GP nº 1350/12, que versa sobre a elaboração de Projetos Básicos para a construção de novos edifícios ou de reforma de prédios, com a seguinte redação:

“III - anuência da Comissão Permanente de Segurança Institucional, visando prevenir e garantir a segurança dos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão”

Convênio-TJ nº 1/2014, de 8 de abril de 2014

Convênio que celebram o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, juntamente com a Corregedoria-Geral da justiça do Estado do maranhão, e o Poder Executivo Estadual por intermédio da Secretaria da Segurança Pública.

Resolução-GP nº 26/2014, de 4 de setembro de 2014

Dispõe sobre a regulamentação do uso de crachás e credenciamento de acesso, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Resolução-GP nº 27/2014, de 4 de setembro de 2014

Dispõe sobre o protocolo de controle de acesso de pessoas portando arma de fogo ou objetos que ofereçam riscos à integridade física das pessoas, nos prédios do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Resolução-GP nº 39/2016, de 2 de agosto de 2016

A Diretoria de Segurança Institucional, com seus cargos em comissão e funções gratificadas, deixa de estar vinculada à Secretaria Geral do Tribunal de Justiça e passa a ser subordinada ao Gabinete da Presidência.

Resolução-GP nº 70/2016, de 13 de dezembro de 2016

A Divisão de Segurança pertencente à Diretoria de Segurança Institucional, passa a denominar-se Divisão de Proteção ao magistrado.

Provimento-CGJ nº 31/2016, 13 de dezembro de 2016

Determinar o envio das armas de fogo e munições ao Comando do Exército Brasileiro, para destruição ou doação, nos termos do art. 25 da Lei nº 10.826/2003, independentemente da fase em que se encontra o processo, desde que estejam devidamente periciadas, intimando-se, eventualmente, o proprietário de boa-fé para que no prazo de 10 (dez) dias manifeste interesse na restituição, conforme disposto no art. 1º da Resolução nº 134/2011 do CNJ.

Decreto Federal nº 9.938, de 21 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a doação de armas apreendidas aos órgãos de segurança pública e às Forças Armadas.

Portaria-GP nº 388/2017, de 15 de maio de 2017

Aprova o bottom da Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Portaria-GP nº 389/2017, de 15 de maio de 2017

Aprova o distintivo do Curso de Segurança de Dignitários do Poder Judiciário, a ser fornecido pela Escola Superior de Magistratura do Maranhão em parceria com a Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Resolução-GP nº 89/2017, 21 de dezembro de 2017

A Diretoria de Segurança Institucional, passa a denominar-se de Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar.

Resolução-GP nº 27/2018, de 26 de março de 2018

Dispõe sobre o depósito de armas e/ou munições e a sua destinação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Recomendação-CGJ nº 2/2018, 14 de maio de 2018

Orienta sobre o uso obrigatório dos crachás de identificação, fixando-lhes prazo máximo de 10 (dez) dias para as providências relacionadas à aquisição do documento, sob pena de proibição de acesso às dependências das respectivas secretarias judiciais, perda do ponto e instauração de procedimento administrativo no caso de descumprimento dessa medida.

Resolução-GP nº 61/2018, de 9 de outubro de 2018

Dispõe sobre o acesso de pessoas nos prédios do Poder Judiciário do estado do Maranhão.

Convênio TJ nº 03/2018, de 1 de novembro de 2018

Convênio que celebram o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, juntamente com a Corregedoria-Geral da justiça do Estado do Maranhão, e o Poder Executivo Estadual por intermédio da Secretaria da Segurança Pública.

Resolução-GP nº 7/2019, de 14 de fevereiro de 2019

Dispõe sobre o adicional “pró-labore” dos policiais militares da reserva remunerada.

Resolução-GP nº 83/2019, 19 de dezembro de 2019

Regulamenta a estrutura administrativa da Diretoria de Segurança Institucional e Gabinete Militar.

Portaria-GP nº 737/2020, de 21 de setembro de 2020

Aprova o Quadro de dotação de Armamento Institucional, Equipamento de Proteção Balística, Munição e demais produtos controlados, para fins de aquisição pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Resolução-GP nº 38/2021, de 16 de junho de 2021

Dispõe sobre o depósito e destinação de armas, acessórios e/ou munições apreendidas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Resolução-GP nº 59/2021, de 16 de agosto de 2021

Institui o Código de Ética Profissional, Conduta e Integridade dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Resolução-GP nº 72/2021, 27 de setembro de 2021

Institui e regulamenta a concessão da Medalha Desembargador José Joaquim Filgueiras “Mérito da Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão”.

Resolução-GP nº 73/2021, 27 de setembro de 2021

Dispõe sobre o acesso de pessoas nos prédios do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Portaria-GP nº 681/2021, 29 de setembro de 2021

Dispõe sobre o acesso de pessoas aos prédios vinculados ao 2º grau do poder Judiciário do Estado do Maranhão.

CPSI

Portaria-GP nº 1010/2012, de 12 de setembro de 2012

Cria a comissão Permanente de Segurança Institucional no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Portaria-GP nº 1171/2012, de 29 de outubro de 2012

Dispõe sobre a designação do Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho para exercer a função de Presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional, no âmbito do Poder Judiciário.

Portaria-GP nº 101/2014, de 30 de janeiro de 2014

Dispõe sobre a designação de membros para compor a Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para o biênio 2014-2015.

Portaria-CPSI-TJMA nº 01/2014, 23 de maio de 2014

Dispõe sobre os pedidos de proteção pessoal dos Magistrados do Estado do Maranhão encaminhados à Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Portaria-GP nº 90/2016, de 21 de janeiro de 2016

Dispõe sobre a designação de membros para compor a Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para o biênio 2016-2017.

Portaria-GP nº 578/2016, de 12 de maio de 2016

Altera a Portaria-GP 90/2016 que dispõe sobre a designação de membros para compor a Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para o biênio 2016-2017.

Portaria-GP nº 24/2018, 10 de janeiro de 2018

Dispõe sobre a designação de membros para compor a Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para o biênio 2018-2019.

AtoPresidência-GP nº 14/2020

Designa como Presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional o Desembargador Raimundo José Barros de Sousa.

Portaria-TJ nº 2503/2020, de 13 de julho de 2020

Dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Segurança Institucional no biênio 2020-2022.

Portaria-TJ nº 3146/2020, de 25 de agosto de 2020

Atualiza o plano de proteção e assistência ao magistrado em situação de risco ou ameaça e o plano de segurança orgânica do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Portaria-TJ nº 2025/2021, de 8 de junho de 2021

Estabelece a composição da Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão para o biênio 2020-2021.

Portaria-GP nº 3795/2021, de 25 de outubro de 2021

Homologa e torna pública a lista de agraciados com a medalha “Desembargador José Joaquim Filgueiras: Mérito da Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Maranhão”

FUNSEG-JE

Lei Complementar nº 164, de 1º de abril de 2014

Cria o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão - FUNSEG-JE e dá outras providências.

Ato Presidência nº 3/2015, de 9 de setembro de 2015

Fica destinado do Fundo Estadual de Segurança Dos Magistrados - FUNSEG-JE, o percentual de 3% (três por cento) do produto da arrecadação das custas judiciais, taxa judiciária e do percentual de emolumentos extrajudiciais recolhido ao Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário - FERJ, nos termos da Lei Complementar nº 48, de 15 de dezembro de 2000.

AtoPresidência nº1/2016, de 18 de janeiro de 2016

Fica composto o Conselho de Administração do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados - FUNSEG-JE.

Portaria-TJ nº 4464/2020, de 9 de dezembro de 2020

Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão para o biênio de 2020-2022.

Portaria-TJ nº 2963/2021, de 13 de agosto de 2021

Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados do Estado do Maranhão para o biênio 2021-2022.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Raimundo Teixeira de. **Atividade de Inteligência: inteligência estratégica**. São Luís: Editora Aquarela, 2015.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Vade Mecum Penal. Organizadoras: Ana Cristina Mendonça e Cristiane Dupret, 2ed. Salvador: Editora JusPODVIM, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução no 435, de 28 de outubro de 2021**. Que dispõe sobre a Política e o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário e dá outras providências. Diário de Justiça Eletrônico, Poder Judiciário, Brasília, DF, 28 out. 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original152110202111036182a8e64e88e.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.

COUTINHO, Milson. 1619/1999 **História do Tribunal de Justiça do Maranhão (Colônia - Império - República)**. 2a. ed. atual. São Luis/MA: Lithograf, 1999

FARAH, Camel André de Godoy. **Gestão de Segurança Institucional**. Florianópolis: Ed. do autor, 2013. e-book (210 p.)

NUNES, Alexandre Magno de Souza. **A importância da atividade de inteligência no Poder Judiciário frente às Ações de Segurança Institucional: perspectivas de aplicação da Resolução 239/2016 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ**. Revista da ESMAM, São Luís. V. 11, n.11, p.98-117, jan/jun, 2017

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. **Resolução-GP no 44, de 25 de junho de 2021**. Institui o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Maranhão - PJMA para o sexênio 2021-2026, nos termos do anexo I desta Resolução, alinhado com os Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário. Disponível em: <http://www.tjma.jus.br/atos/tj/geral/501189/132/pnao>. Acesso em: 27 de julho de 2021. Acesso em: 20 abr. 2021.



CONTATOS

DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E GABINETE MILITAR

(98) 3261.6188 / 3198.6186 / 3198.4325

COORDENADORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

(98) 3261.6187

DIVISÃO DE PROTEÇÃO AO MAGISTRADO

(98) 3261.6189

DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA

(98) 3261.6190

GABINETE MILITAR (TJ SEDE)

(98) 3198-4399



Nesta publicação alusiva aos 10 anos de criação da Diretoria de Segurança Institucional, o resgate da história ultrapassa uma década para descortinar uma trajetória que reúne os precedentes de uma relevante missão: garantir segurança ao Poder Judiciário maranhense.